

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.038 - MS (2019/0237355-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **ÁGUAS GUARIROBA S/A**
ADVOGADOS : **RENATA DORNELLES GUEDES E OUTRO(S) - MS015181**
: **MARCO ANTÔNIO DACORSO - MS014777**
AGRAVADO : **AMANDA MONTEIRO PAES ROQUE**
ADVOGADO : **ELIANA EMIDIA DA CRUZ E OUTRO(S) - MS021283**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ÁGUAS GUARIROBA S.A. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul assim ementado:

"APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE ÁGUA – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA – SERVIÇO ESSENCIAL – DANO MORAL IN RE IPSA.

- 1. Discute-se no presente recurso: a) a legalidade da suspensão do fornecimento do serviço de água na residência da autora-apelante, e b) a configuração do dano moral.*
- 2. A suspensão do fornecimento do serviço de energia sem notificação prévia dá direito à compensação por danos morais.*
- 3. O valor arbitrado a título de compensação por danos morais deve se ater a critérios como a dimensão do dano, o grau de culpabilidade do ofensor, a capacidade econômica das partes, bem como as peculiaridades do caso concreto, não podendo constituir meio de enriquecimento sem causa, mas tampouco deve representar quantia que, de tão ínfima, não importe em repreensão ao ofensor, tolhendo-se da reprimenda o caráter educador e preventivo, também ínsito à condenações desse jaez. Á luz de tais considerações, com fulcro nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, afigura-se cabível a fixação da indenização em R\$ 5.000,00.*
- 4. Apelação conhecida e parcialmente provida" (e-STJ fl. 300).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 326/332).

No especial, a recorrente alega violação dos artigos 1º, 2º, 3º, 6º e 29 da Lei nº 8.987/1995; 9º, 21, 22, 23 e 40 da Lei nº 11.445/2007; 186, 389, 395, 407 e 927 do Código Civil; 4º da Lei nº 8.177/1991 e 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Após o decurso do prazo legal para a apresentação das contrarrazões (e-STJ fl. 368), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

Na origem, trata-se de ação de indenização por danos morais em virtude da suspensão, por inadimplemento, do fornecimento do serviço sem prévia notificação ao usuário.

Assim, considerando a natureza da relação jurídica litigiosa - cobrança de serviço de água e esgoto fornecidos por concessionária de serviço público -, observa-se que a matéria se insere na competência das Turmas integrantes da Egrégia Primeira Seção.

A propósito:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECURSO ESPECIAL EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONSUMIDORES. INTERRUÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. REGIME DE CONCESSÃO. DIREITO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO.

I. Conflito de Competência instaurado nos autos de Recurso Especial interposto nos autos de ação civil pública intentada em face de empresa fornecedora de energia elétrica, pretendendo a condenação ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais causados aos consumidores diante da interrupção no fornecimento de energia elétrica.

II. Embora a relação jurídica estabelecida entre a empresa prestadora do serviço e o consumidor seja regida por regras de direito privado estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.078/90, cujos dispositivos reportam-se expressamente a serviços públicos, não há alteração do tema central da controvérsia, que trata da suspensão de fornecimento de energia elétrica, esta que se encontra incluída no regime de concessão e permissão de serviço público essencial e não do contrato celebrado entre as partes.

III. Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 175 da Constituição Federal, a Lei 8.987/95 dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, arrolando os direitos dos usuários, dentre os quais se incluem o recebimento de serviço adequado com regularidade, continuidade, eficiência, segurança.

IV. A natureza jurídica da relação jurídica controvertida não é de direito privado, mas sim, de direito público, regida pela Constituição Federal e pelas regras de direito administrativo, matéria de competência da Primeira Seção desta Corte, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, inciso XI, do Regimento Interno.

V. Precedentes das Turmas que compõem a Primeira Seção que têm decidido questões dessa mesma natureza em ações ajuizadas em face de atos de suspensão de fornecimento de energia elétrica.

VI. Conflito conhecido para declarar a competência da Primeira Seção desta Corte" (CC 122.559/DF, Rel. Ministro GILSON DIPP, Corte Especial, julgado em 16/9/2013, DJe 25/9/2013).).

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para a redistribuição do feito a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

